



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 015

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2004

SÚMULA:

Aprova o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná.

DATA:

16 de março de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinando com o artigo 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica aprovado o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná, com mandato de 02 (dois) anos, contados a partir da data da posse, tendo em vista o disposto no artigo 116, da Constituição Estadual e o estabelecido pela Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999.

Art. 2º - Esta decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE MARÇO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Elton Carlos Welter e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kiese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro

Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Temos a honra de contar além dos parlamentares, dos familiares do Dr. João Chede, de amigos da família. Temos também nos prestigiando o vice-governador e secretário da Agricultura, ex-parlamentar Orlando Pessuti. Honra-nos também com a sua presença o desembargador Clotário de Macedo Portugal Neto.

Conforme requerimento aprovado por esta Casa, a primeira parte da Sessão de hoje dedica-se à comemoração do centenário de nascimento do ex-deputado João Chede, que presidiu esta Casa.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Ofícios:****OFÍCIOS**

Sob nº 032/2004, do Sr. Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, comunicando haver vetado parcialmente, por julgar a parte vetada impossível de ser atendida, por contrariar a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 27/2004, do Sr. Antonio José Gonçalves Henriques, coordenador Geral de Orçamento e Finanças, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR., para o Programa de Atenção à Criança de 0 a 6 anos e Pessoa Portadora de Deficiência. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 243/2004, do Sr. Reinhold Sthepanes, secretário de Estado da Administração e da Previdência, encaminhando Resumo dos Bens que compõem o pat-

rimônio estadual, exercício de 2003. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 100/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, presidente do FNDE, comunicando liberação de recursos financeiros para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Programa PNAI - PNAE Indígena. **Ao Conhecimento da Casa.**

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Através do presente, em substituição às indicações apresentadas na data de ontem, volto a apresentar a V. Exa. a indicação dos membros da Bancada do PFL, que irão compor as Comissões Parlamentares de Inquéritos - CPI's das CPI's de Reforma Agrária e das Universidades, que serão instaladas nesta Casa.

01 - CPI DA REFORMA AGRÁRIA

Titular: Deputado Elio Rusch

Suplente: Deputado Plauto Miró

02 - CPI DAS UNIVERSIDADES

Titular: Deputado Plauto Miró

Suplente: Deputado Durval Amaral

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protesto de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que, na condição de líder da Bancada do PSDB com assento nesta Casa de Leis, passo a indicar os deputados para compor a CPI das Universidades e CPI da Reforma Agrária:

01 - CPI DAS UNIVERSIDADES

Titular: Nelson Tureck

Suplente: Miltinho Pupio

02 - CPI DA REFORMA AGRÁRIA

Titular: Luiz Accorsi

Suplente: Nelson Tureck

Titular: Nelson Garcia

Suplente: Miltinho Pupio

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Através do presente, indicamos o deputado Jocelito Canto, como membro titular, e o deputado Ailton Araújo, como membro suplente para compor a CPI das Universidades representando o Partido Trabalhista Brasileiro.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que na condição de líder da Bancada do PL com assento nesta Casa de Leis, indico o deputado Chico Noroeste como titular para compor a CPI Reforma Agrária.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) MAURO MORAES

Líder do PL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com parágrafo 2º do artigo 34, do Regimento Interno desta Casa, vem Indicar os deputados para compor as Comissões Parlamentares de Inquérito, da seguinte forma:

02 - CPI DAS UNIVERSIDADES

Hermes Fonseca

Suplente: Tadeu Veneri

01 - CPI DA REFORMA AGRÁRIA

Padre Paulo Campos

André Vargas

Elton Carlos Welter

Suplentes: Pedro Ivo Ilkiv

Luciana Rafagnin

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Líder do PT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que na condição de líder da Bancada do PDT com assento nesta Casa de Leis, passo a indicar os deputados para compor a CPI Reforma Agrária e CPI das Universidades:

01 - CPI DAS UNIVERSIDADES

Titular: Neivo Beraldin

Suplente: Barbosa Neto

02 - CPI DA REFORMA AGRÁRIA

Titular: Renato Gaúcho

Suplente: Neivo Beraldin

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que na condição de líder da Bancada do PTB com assento nesta Casa de Leis, indico o deputado para compor a CPI da Reforma Agrária o deputado Ailton Araújo.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 306

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao jornal Diário da Manhã, de Ponta Grossa, alusivos aos 17 anos de sua fundação, completados no dia 15 de março.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Adail Inglês, o diretor do jornal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Balduino Taques, 890 - CEP: 84010-915-Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O jornal Diário da Manhã tem nesses últimos anos desde sua fundação, firmado-se como um jornal sério, comprometido com as questões mais importantes da região dos Campos Gerais, lutando a cada dia pelo jornalismo de credibilidade, com uma diversidade de temas e noticiário abrangente e interessante aos seus fiéis leitores.

REQUERIMENTO Nº 318

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente propor votos de congratulações ao Sr. Elgson Ribeiro Gomes, pela exposição de suas obras no espaço cultural da Assembléia Legislativa do Paraná, as quais caracterizam-se pela harmonia e beleza condizente com a exibição realizada.

Diante desta narrativa, solicito ainda a especial gentileza em notificar o Ilmo. Elgson Ribeiro Gomes, na Rua São Vicente, 143, Curitiba-PR., acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 319

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente propor votos de louvor ao Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos - CPEA, pelo

admirável trabalho que realiza na cidade de Palmas, Estado do Paraná.

O presente Centro é entidade mantenedora das Faculdades Integradas de Palmas e possui importante papel na cidade, visando sempre difundir e incentivar a cultura e as atividades desportivas e intelectuais. Ademais, tem como norte a elevação do nível de ensino, de modo a colaborar com as instituições educacionais brasileiras e estrangeiras, bem como objetiva amparar os menos favorecidos especialmente crianças e jovens, através de orientação moral, intelectual e profissional, para a sua integração consciente na comunidade.

Porém, o que realmente dá ensejo a esta singela homenagem é o reconhecimento das Faculdades Integradas de Palmas em Centro Universitário, fato este ocorrido no dia 10 de março deste ano. Esta transformação proporcionará uma maior autonomia para este educandário, principalmente para a criação de curso e registro de diplomas, o que significa um grande passo para a educação na cidade de Palmas. Atualmente o Centro Universitário de Palmas conta com dezoito cursos e cerca de três mil alunos.

Diante desta narrativa, solicito ainda a especial gentileza em notificar a Elma. Sra. Zenith da Luz Santos Ribas e o Ilmo. Dom Agostinho José Sartori, na Rua Dr. Bernardo Ribeiro Vianna, 903, CEP: 85.555-000 - Palmas-PR, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 311

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor ao Revmo. Sr. Dom João Braz de Avis, Arcebispo da Arquidiocese de Maringá e que estará assumindo a Arquidiocese de Brasília no dia 27 de março.

No dia 16 de março de 2004, às 19h30min, será realizada missa solene de despedida para Dom João Braz de Avis, na Catedral de Maringá, com a presença de três mil fiéis, além de padres e bispos convidados.

Dom João Braz de Avis deixa a Arquidiocese de Maringá, na qual exercia seu ministério e pastoral desde 04 (quatro) de outubro de 2002. Ficam em Maringá muitos amigos e fiéis que reconhecem o trabalho realizado naquela diocese.

Dom João foi ordenado bispo em 31 de maio de 1994, em Apucarana-PR, por Dom Domingos Gabriel Wisniewski, CM.

Dentre as atividades do arcebispo Dom João que serão lembradas na missa solene prevista para esta data estão a visita pastoral na Região Oeste da Arquidiocese, bem como a criação do Conselho de Pastoral que reúne os coordenadores de todas as paróquias da Arquidiocese.

Dom João Braz de Avis cativou o povo de Maringá e merece o reconhecimento deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 304

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Waldir Pugliesi, secretário estadual dos Transportes, solicitando a readequação e cascalhamento da estrada vicinal da Comunidade Bananal, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Bananal tem sua base econômica predominantemente ligada à agricultura, sendo que o acesso àquela zona rural não possui asfalto ou outras modalidades de sistema primário, prejudicando o escoamento da produção agrícola, provocando tráfego lento e desgastes prematuros dos veículos, principalmente os de transportes pesados, tais como caminhões e coletivos que utilizam-se daquela via para acessar o centro da cidade ou demais regiões.

Também com as obras de readequação e cascalhamento facilitará o acesso daquela população à saúde e educação, proporcionando transporte de boa qualidade e conseqüentemente maior rapidez de locomoção, fato imprescindível para o desenvolvimento daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 305

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de uma ambulância para o município de Serranópolis do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O envio de uma ambulância para Serranópolis do Iguaçu, tem por objetivo oferecer um melhor atendimento na área da saúde pública, uma vez que é constante a necessidade da locomoção de doentes que residem nas áreas rurais da municipalidade, e principalmente o transporte de pacientes para tratamento em centros médicos especializados em outros municípios.

REQUERIMENTO Nº 310

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de

Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando a permanência do delegado Sérgio Barroso na cidade de Londrina, conforme também solicitado por membros da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 316

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Milles Zaniollo Bertagnoli, coordenador regional da Funasa, no Paraná, solicitando ações na área de saneamento básico nas comunidades indígenas do Paraná.

Requer seja encaminhado ofício no seguinte endereço: Rua Cândido Lopes, 208, 8º andar, sala 804 - CEP: 80020-060 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido justifica-se, tendo em vista as condições precárias e as inúmeras dificuldades pelas quais as comunidades indígenas vêm passando, em decorrência da falta de saneamento básico, que vem acarretando inúmeros problemas de saúde, atingindo principalmente as crianças.

REQUERIMENTO Nº 312

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, solicitar informações junto à Secretaria de Estado da Segurança, sobre os motivos que levaram ao cancelamento do número de telefone 193, destinado a acionar o Corpo de Bombeiros em casos de emergência.

Neste contexto, depreca-se ainda a especial atenção no sentido de providenciar melhores condições de atendimento à população, tendo em vista que, com o retento cancelando, toda e qualquer solicitação de serviços do Corpo de Bombeiros ora é direcionada ao número 190 que sempre atendeu a Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sendo assim, faz-se necessário atentar para a enorme dificuldade que a população paranaense vem encontrando para solicitar os serviços das entidades supramencionadas visto que corriqueiro é, nos finais de semana, dias em que a procura pelo serviço mostra-se maior, a impossibilidade de se solicitar socorro através do número 190.

Destarte, a solução mais profícua seria o desmembramento do serviço do Corpo de Bombeiros do número 190, com a conseqüente revitalização do número 193. Sendo impraticável, seja salutar a contratação de mais atendentes para que a população possa usufruir desse serviço que deve primar pela qualidade no seu atendimento.

Aproveitando ainda esta oportunidade desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 063/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Siloé de Apoio Social, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Siloé de Apoio Social classifica-se como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, atuando nas seguintes áreas:

1) criação e desenvolvimento de programas de capacitação educacional e profissional, com fins sociais;

2) prestar assistência social à comunidade em geral, com orientações moral e espiritual em benefício da comunidade, com auxílio de psicólogos;

3) abrir ou gerir casas-lar, casas-abrigo, creches ou assemelhados;

4) assistir com cestas básicas às famílias menos favorecidas, quando necessário.

PROJETO DE LEI Nº 064/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio de todo o Estado do Paraná, o programa prevenção e controle do diabetes nas crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino do Estado do Paraná, através de diagnóstico precoce.

Art. 2º - O programa instituído por esta lei tem os seguintes objetivos:

I - efetuar pesquisas visando o diagnóstico precoce do diabetes em crianças e adolescentes matriculados em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio pertencentes à Rede Pública Estadual;

II - detectar através de exames a doença ou a possibilidade da mesma vir a ocorrer em crianças e adolescentes matriculados nos estabelecimentos de ensino da

Rede Pública Estadual, buscando evitar ou protelar seu aparecimento; e

III - evitar ou diminuir as complicações decorrentes do desconhecimento do fato de ser diabético mediante a adoção de procedimento e tratamentos adequados.

Art. 3º - Caberá à Secretaria de Estado da Saúde a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do programa que trata esta lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Diabetes Mellitus (Diabetes) é uma das doenças mais comuns, acometendo cerca de 120 milhões de pessoas em todo o mundo e 9 milhões só no Brasil. É caracterizada por anormalidades do metabolismo da glicose e por complicações tardias envolvendo os rins, olhos, nervos e os vasos sanguíneos.

Diagnóstico

O diagnóstico é confirmado quando a glicemia (taxa de glicose no sangue - valor normal 110mg/dl) de jejum estiver acima de 126mg/dl ou quando em 2 ocasiões distintas a glicemia ultrapassar 200mg/dl ou após teste de sobrecarga com glicose (glicemia de 2Hs = 200mg/dl). O diagnóstico torna-se fácil quando a pessoa apresentar os sintomas clássicos da elevação da glicose no sangue (hiperglicemia), como sede intensa, urina abundante (poliúria), perda de peso e embaçamento visual.

Tipos de Diabetes

Existem 2 tipo de Diabetes Mellitus:

Tipo 1:

Diabetes Mellitus Tipo 1 ou insulino-dependente (DMID) - responsável por 8 a 10% dos casos de diabetes, geralmente inicia-se no período compreendido entre a infância até os 35 anos de idade. É causada pela redução acentuada ou ausência de produção de insulina (hormônio produzido pelo pâncreas, responsável pelo controle do metabolismo da glicose). Os pacientes com DMID necessitam de reposição da insulina através de injeções periódicas com objetivo de obter controle da glicemia.

Tipo 2:

Diabetes Mellitus Tipo 2 ou não insulino-dependentes (DMNID) - responsável pela maioria dos casos de diabetes (cerca de 90%), apresenta usualmente níveis normais ou elevados de insulina, sugerindo que o hormônio está sendo incorretamente utilizado pelo organismo, provavelmente por defeito nos receptores da insulina das células. DMNID geralmente é diagnosticado

após os 40 anos de idade em pessoas com obesidade e que tenham história de diabetes na família (doença hereditária). O tratamento pode ser iniciado com medidas dietéticas (dieta pobre em calorias) e com a redução do peso em excesso. Alguns pacientes necessitam de medicamentos hipoglicemiantes orais que melhoram o metabolismo do açúcar e outros pacientes podem até requerer a utilização de insulina.

Aproximadamente 3% dos diabéticos são de causas secundárias: doença pancreática (pancreatite), diabetes induzidas por medicamentos, diabetes gestacional, etc.

Complicações do Diabetes

As artérias são as estruturas mais importantes do organismo lesadas nos diabetes. Quando as grandes artérias estão envolvidas, denominamos de “macrovasculopatia” e quando as pequenas artérias são acometidas, a doença é conhecida como “microvasculopatia”. Macrovasculopatia é responsável por doença da artéria coronária (que irriga o coração), acidente vascular cerebral (derrame cerebral), amputações das pernas e redução do fluxo de sangue para os rins. Microvasculopatia causa retinopatia (perda da visão) e nefropatia diabética, que promove a perda de proteínas na urina e reduz progressivamente a habilidade dos rins na excreção de água, sal e produtos da degradação das proteínas.

Assim, conto com o apoio de meus pares para a aprovação deste projeto de lei de grande importância social.

PROJETO DE LEI Nº 065/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigatória a inclusão na grade escolar do ensino fundamental das Escolas Públicas do Estado do Paraná, de aulas de aprendizagem do alfabeto de comunicação de surdos e mudos.

Art. 2º - O Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Educação, promoverá as normas de adequação para execução desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Nas nossas escolas públicas ensinam-se idiomas estrangeiros, e por que não se ensinar também a linguagem que nos fará compreender tantos conterrâneos que não podem expressar-se senão por gestos?

Vamos todos aprender a dizer com as mãos o amor que sentimos por aqueles que não podem nos ouvir e ainda, daremos a estes o direito de igualdade de

expressão a nos fazer entender seus sentimentos e vontades.

Vamos dar direito de entendimento de expressão a tantos cidadãos sem voz, em nossas repartições públicas.

Trata-se de uma lei que visa única e exclusivamente a inclusão social. Este sim é o verdadeiro e único idioma universal.

PROJETO DE LEI Nº 066/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Altera o artigo 1º da Lei Estadual nº 8687/87, que passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Social Vó Durvina, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de adequar o Estatuto do Departamento de Ação e Promoção Social Vó Durvina à nova legislação, relativa ao Novo Código Civil, no que tange às instituições filantrópicas, foi necessária a alteração de seu nome empresarial para Instituto Social Vó Durvina.

Desta forma, solicitamos o apoio dos nobres pares para adequar à legislação vigente, esta instituição que presta auxílio a inúmeras crianças carentes.

PROJETO DE LEI Nº 067/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os ônibus utilizados no transporte público do Estado do Paraná deverão utilizar como combustível o gás natural.

Art. 2º - Em um prazo de 04 (quatro) anos, as empresas de ônibus deverão efetuar a conversão de 100% de sua frota na razão de 25% ao ano.

Art. 3º - As conversões deverão respeitar e atender obrigatoriamente a Lei Federal nº 8723/93 e demais determinações do Conama.

Art. 4º - O descumprimento na presente lei implicará nas seguintes penalidades às empresas concessionárias e permissionárias:

I - advertência, por escrito, na primeira ocorrência;

II - multa de R\$500,00 (quinhentos reais), por veículo, até a 5ª ocorrência;

III - suspensão da concessão ou permissão pública a partir da 5ª ocorrência.

Art. 5º - Esta lei terá validade em todo o Estado do Paraná, ficando desobrigadas de seu cumprimento as áreas que não possuem abastecimento do referido combustível.

Art. 6º - O Poder Executivo terá 45 (quarenta e cinco) dias, contados da aprovação e promulgação da presente lei, para regulamentá-la e promover os devidos ajustes e aditivos nos contratos com as empresas de ônibus, devendo fazê-lo com dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Do Mérito do Projeto de Lei

O gás natural apresenta diversas aplicações: pode ser usado como combustível para fornecimento de calor; geração e co-geração de energia; como matéria-prima nas indústrias siderúrgica, química, petroquímica e de fertilizante, e, ainda, na área de transporte como substituto de outros combustíveis.

Caracteriza-se como uma opção técnica e economicamente viável de substituição do álcool e da gasolina para os veículos de passeio, podendo ser, também, utilizado em veículos pesados, movidos a diesel.

Impera salientar que as grandes cidades sofrem com altos índices de poluição atmosférica, emitida por veículos movidos à gasolina e a diesel, que por certo diminua sobremaneira com a difusão do uso do GNV, vez que a emissão de poluentes quando da sua combustão é praticamente nula. E, ainda, a economia para o proprietário do veículo convertido fica entre 30% e 40% a cada abastecimento, além de proporcionar maior vida útil aos motores e reduzir os custos com a manutenção destes.

Além disso, testes realizados no dinamômetro instalado na Oficina-Escola Convertedora do CTGÁS, certificada pelo Inmetro, constataram uma redução mínima no desempenho do veículo, sem haver nenhuma alteração no patamar tecnológico original do mesmo.

Sendo assim, fácil é vislumbrar as inúmeras vantagens da utilização do GNV (Gás Natural Veicular), que não se restringem às ecológicas e financeiras já mencionadas.

Combustível Seguro

O gás natural é muito mais seguro do que os demais combustíveis. Sendo mais leve que o ar, em caso de vazamento, o gás se dissipa rapidamente na atmosfera, diminuindo o risco de explosões e incêndios. Além disso, para que o gás natural se inflame, é preciso que seja submetido a uma temperatura superior a 620 graus centígrados. O álcool se inflama a 200°C.

O abastecimento do veículo é feito sem que o produto entre em contato com o ar, evitando-se assim qualquer possibilidade de combustão. Os cilindros e demais componentes do kit de conversão carregados no veículo são projetados para suportar a alta pressão em que o gás é armazenado.

Ademais, diante de tantos casos de adulteração da gasolina, devemos ressaltar que o gás natural não tem como ser adulterado, proporcionando mais segurança para o destinatário final do produto.

(Fonte: Centro de Tecnologia do Gás.)

Da Constitucionalidade do Projeto de Lei

O presente projeto de lei encontra-se em estreita consonância com a Constituição Estadual como poderemos asseverar na transcrição abaixo:

“TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo I

Da Assembléia Legislativa

Seção II

Das Atribuições da Assembléia Legislativa

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas.”

Desta forma, diante do exposto, não há o que se falar em inconstitucionalidade desta proposição, a qual facilmente podemos enquadrar como planejamento e execução de políticas urbanas.

Destarte, contamos com o apoio dos nobres pares para a transformação desta proposição em lei positivada.

PROJETO DE LEI Nº 068/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais do município de Antonio Olinto, inscrito no CNPJ sob nº 68.707.884/0001/52.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

O projeto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), do município de Antonio Olinto, Paraná, tem por objetivo promover a melhoria e qual-

idade de vida das pessoas portadoras de deficiência, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa portadora de deficiência, articular junto aos poderes públicos e entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa portadora de deficiência e com outras entidades no município que defendam a causa da pessoa portadora de deficiência em qualquer de seus aspectos, desenvolver políticas de auto defensores garantindo a participação efetiva em todos os eventos e níveis do Movimento Apaeano, estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela APAE, impondo-se a observância dos rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento, entre outros.

A aprovação do referido projeto facilitará essa entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do poder público estadual.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Como falamos anteriormente, esta Casa de Leis dedica a primeira parte da Sessão de hoje à comemoração do centenário de nascimento do ex-deputado João Chede, presidente da Constituinte Estadual de 1947, cuja família está representada pelo seu filho, engenheiro Jonel Chede, aqui presente.

Antes de conceder a palavra a Jonel Chede, esta Presidência deseja ressaltar a contribuição de João Chede ao desenvolvimento do Paraná.

Empresário, político, líder paranaense, João Chede fez da busca permanente do consenso um instrumento a favor do crescimento de nosso Estado.

A Constituinte por ele presidida é um exemplo dessa postura. Ao propor inovações que representavam avanços econômicos e sociais, o texto da Carta de Leis do Estado se transformou em referência para as futuras gerações.

Já em 1947 a nova Constituição do Paraná estabelecia, no capítulo da Ordem Econômica e Social, que era função do Estado desenvolver e fortalecer as fontes de produção.

E previa, entre outras ações, o financiamento aos pequenos e médios agricultores e o incentivo ao cooperativismo.

A antevisão do corpo de parlamentares que compunham o Legislativo era evidente. Hoje o Paraná é, entre as unidades da federação, aquele em que o cooperativismo é mais forte, especialmente na agricultura, responsável por 40% da nossa riqueza.

Lá estava também, no texto da lei maior de nosso Estado, a preocupação com a justiça social no campo, manifesta no artigo 84, a previsão de cessão gratuita, pelo Estado, de terras devolutas até 25 hectares a famílias de agricultores sem recursos para aquisição.

O Brasil deixava, então, um longo período em que a liberdade de expressão e de opinião era privilégio de poucos e abraçava novamente a democracia.

Esta Casa soube interpretar esse momento e fez constar, da Constituição do Paraná, o incentivo à cultura, chave para a compreensão de um país renovado.

Assim, foi criada a Casa Alfredo Andersen, voltada às artes, e, de forma simbólica, a Constituição do Paraná ainda determinava, nas disposições transitórias, prazo para o início das obras de um novo teatro na Capital, capaz de representar a grandeza do povo do Paraná. Ali, senhoras e senhores, encontram-se as verdadeiras fundações do que viria a ser o Teatro Guaíra, legítimo sucessor do Teatro Guayrá, demolido em 1935.

Tantas são as inovações propostas pelo texto de nossa Constituição de 47 que esse documento histórico permanece uma fonte de reflexão sobre nossa identidade.

Ao prestarmos homenagem à memória do deputado João Chede, queremos ressaltar a importância do respeito aos nossos formadores, sobretudo quando festejamos os 150 anos de instalação do Poder Legislativo do Paraná.

Com a palavra, em nome da família do deputado João Chede, nosso presidente de 1947, seu filho, Jonel Chede.

Muito obrigado!

O SR. JONEL CHEDE

Exmo. Sr. deputado Hermas Brandão, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. vice-governador Orlando Pessuti; Exmo. Sr. Dr. Clotário Portugal, desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná; Exmo. Sr. deputado Elton Carlos Welter - 1º secretário desta Casa; Exmo. Sr. deputado Geraldo Cartário, 2º secretário desta Casa; demais autoridades aqui presentes; senhores deputados; senhoras deputadas; imprensa; funcionários desta Casa que muito colaboram com este evento; familiares e amigos de João Chede.

(Lê):

“Nada melhor que neste Plenário - Centro Legislativo Presidente Anibal Khury, que celebra o centenário de nascimento do deputado João Chede - presidente da Assembléia Constituinte de 1947, dentre as comemorações do sesquicentenário da Assembléia Legislativa do Paraná, que em pleito de nossa gratidão, façamos um rápido passeio pelo passado político do Legislativo do Paraná.

Extensa e rica história, repleta de fatos relevantes, decisivos, nobres, altruísticos, corajosos, sempre representando os anseios populares, nos quais insere-se a figura do homenageado, com tantas outras personalidades, nomes ilustres de Curitiba e tantas outras comunidades interioranas como João Chede, nascido em sua sempre querida cidade de Palmeira.

Impossível neste nobre e precioso espaço de tempo que nos é concedido democraticamente, e por maior que seja, nesta verdadeira “casa do povo”, em único dia ou

Sessão, descrever todo um período de 150 anos de profícua história legislativa em todos os seus importantes acontecimentos, e citar todos os seus ilustres personagens, verdadeiros responsáveis pelo desenrolar dos acontecimentos históricos.

Períodos de alternância democrática. Capítulos do passado que justificam o presente e projetam o futuro.

Voltemos no tempo, ao ano de 1854, data de 12 de julho, início da Assembléia Legislativa “Provincial”, portanto após a instalação solene da província, sendo o seu primeiro presidente o coronel Joaquim José Pinto Bandeira, nascido em Curitiba, pessoa de caráter austero e rígido, porém bondoso, político de grande valor, mereceu todo o acatamento das linhas mestras do Poder Legislativo no Paraná, mercê do apoio de seus correligionários como de seus antagonistas. Estabelecia, assim, o começo do Poder Legislativo no Estado.

Hoje, portanto, dentro das comemorações do sesquicentenário desta Casa, estamos também reverenciando a sua memória.

Como João Chede, eram também nascidos em Palmeira os primeiros deputados provinciais: Sr. Antônio de Sá Camargo - visconde de Guarapuava, e Dr. Jesuíno Marcondes d’Oliveira e Sá, que relevantes serviços prestaram à sua cidade natal, ao Paraná e ao Brasil, no período monárquico.

A primeira Assembléia instalou-se na rua que se chamava “Da Assembléia”, atual Alameda Dr. Murici, esquina com a Rua Cândido Lopes.

Em sua primeira reunião, constituiu-se as respectivas Comissões, merecendo registro entre outras que mantêm denominação até os dias atuais a Eclesiástica e a de Catequese dos Índios e que visavam sobremaneira a tranquilidade pública, segurança da pessoa e da propriedade, a divisão judiciária, a Capital da Província, instrução pública, vencimento dos professores, ensino, saúde, estradas, orçamento e nesta com capítulo especial de fixação da remuneração dos senhores deputados, sendo: subsídios dos deputados fixados até a próxima legislatura de 1856/1857, de cinco mil réis diários; indenização de despesas de ida e volta para deputados que morassem fora de Curitiba, de dois mil réis por légua, tanto de ida como de volta, isto, portanto, há 150 anos atrás.

Do ano de 1857, em grande salto, chegamos ao ano de 1946, portanto, passados noventa anos, tempo de redemocratização do país, tempo de importantes acontecimento que abalaram o mundo, com reflexos no Brasil, em sua vida econômica, política e social, mudanças de costumes, quedas de regime, privações, porém com avanços científicos, e de novas técnicas de comunicação: proclamação da República, alternância de regimes democráticos e ditatoriais, com inclusive, revoluções internas de origem política.

Temos, portanto, em 1946, o início de um novo período democrático, tempo em que se destaca a personagem, a figura do homenageado João Chede, e que hoje

celebra-se o seu centenário de nascimento, pois nasceu em Palmeira em 12 de março de 1904. Deputado eleito nas eleições de 1946, o parlamentar mais votado do Paraná, com praticamente 3% dos votantes válidos do Estado. Como presidente da Assembléia Constituinte, deu posse ao primeiro governador eleito pelo voto direto de todos os paranaenses, o Sr. Moysés Lupion.

Permitam-me os presentes de fazer um breve relato do perfil do meu pai, citando alguns episódios de sua vida. Vivendo em Palmeira, conquistou inigualável prestígio político, mercê de um excelente relacionamento com as classes produtoras da região, através da organização comercial atacadista, da Casa Bancária e do setor de exportação de erva mate para os países platinos, grupo de empresas constituídas pelo seu pai, Sr. Chede Abrahão, de origem libanesa, homem de grande inteligência e incomum visão empresarial ao projetar seus negócios e os seus filhos no importante cenário estadual, nos setores políticos, sociais e de comunicação por imagem à distância.

Prefeito de Palmeira, por diversos mandatos nomeados, tornou-se amigo pessoal e fiel correligionário do interventor Manoel Ribas, notável governante, visão futura extraordinária para a época, que viu naquele caboclo alto e culto de Palmeira, um companheiro ideal para os papos de “pé de fogo”, quando conversavam em fluente francês, matando as saudades das quentes noites de verão parisiense, que tão bem conheciam, pois João Chede em 1934 decidiu viajar para a Europa, para ficar aproximadamente um ano estudando em Paris. Chegando ao Brasil, trazia no coração a imagem liberal que se formara no seu ano parisiense.

Elegeu-se pelo Partido Social Democrático, e por questões de divergências tão comuns na política, encerrou sua carreira de homem público em 1958, após mais dois mandatos, como filiado do Partido Trabalhista Brasileiro, na época do saudoso político e seu dileto amigo, Dr. Abilon de Souza Naves. Sempre vitorioso em suas campanhas, foi um presidente e deputado equilibrado, coerente, mediador, respeitado pelos correligionários e não correligionários de todos os partidos em suas ideologias e doutrinas, soube respeitar as pessoas, independente de suas convicções políticas e daí elevar o Paraná ganhar uma Constituição à altura do elevado padrão cultural de seu povo e vem seguidamente sendo aprimorada e atualizada.

Graças à sua cultura e de seu elevado espírito público, surpreenderia na época, as elites intelectuais do Estado, ao usar termos que obrigavam muitos membros dessa elite a recorrerem em busca do vernáculo.

Teria a oportunidade de, ao designar a comissão de deputados que iria conduzir a Mesa da Assembléia o governador eleito Moysés Lupion, de pedir aos parlamentares da Bancada, que o governador Lupion os aguardava do “escadório” do Palácio Rio Branco, hoje Câmara Municipal, antiga Assembléia, na época. Os que riram na hora, julgando Chede, caboclo de Palmeira,

mais tarde diante dos grandes autores nacionais, teriam que retirar o seu deboche, pois o mesmo abria os seus trabalhos da Assembléia só usado pelos homens mais cultos do país.

Muito, mas muito mais pode e deve ser relatado da repleta e vibrante história política do nosso Legislativo. Somos sabedores, meu nobre presidente Dr. Hermas Brandão, do enorme esforço que lidera para fazê-la cada vez mais presente e conhecida, principalmente agora em que se comemora os seus 150 anos.

Muito aprendi em recente pesquisa sobre o assunto, conhecimentos que somei àqueles ditados pelo Sr. João Chede. Deles aumentei sobremaneira o meu respeito para com os políticos, principalmente com aqueles que o são como V. Exa.; detêm elevado espírito público e são lúdimos líderes.

Temos sido parceiros de nossa classe política em grandes pleitos paranistas - sob amparo de espaço que nos é concedido por V. Exa., na Assembléia, através de diversas organizações não governamentais que comungam os mesmos ideais e representam os legítimos anseios de nossa comunidade.

E terminando, a minha gratidão e da família Chede, por tudo que hoje recebemos de V. Exa., meu nobre presidente Hermas Brandão, dos senhores deputados, autoridades, imprensa, funcionários e colaboradores desta Assembléia, a imprensa com a sua espontânea cobertura do evento, aos artigos publicados - em especial o de autoria do desembargador Luiz Renato Pedroso, aos tantos amigos e aos meus familiares.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao nosso vice-governador, Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Estimado amigo, presidente Hermas Brandão, por sua deferência falo desta Mesa, donde normalmente só fala o Presidente da Casa, mas assim entendeu V. Exa. que pela nossa história dentro deste Legislativo nós poderíamos, hoje, quebrar o protocolo e falar aqui na condição de ex-presidente da Casa também.

Quero saudar ao amigo companheiro Clotário Portugal, desembargador, ao deputado Cartário, nosso 2º secretário desta solenidade; ao deputado Elton Welter, nosso 1º secretário desta solenidade; e gostaria de cumprimentar a todos os familiares na pessoa do Jonel, amigo e companheiro de tantas e tantas ocasiões, de tantas e tantas manifestações e tantos e tantos atos em favor deste Estado; cumprimentar o Cônsul do Japão, Dr. Kioshi; cumprimentar a todos os amigos e amigas de João Chede, e permita a todos cumprimentar, na pessoa do Presidente da Associação Comercial do Paraná, Marcos, e do Maurício, sei que é amigo dileto da sua pessoa, da sua família e do seu querido pai, cumprimentar a todos os nossos deputados, as nossas deputadas, a Cida e a Elza, e dizer que eu

tenho uma satisfação pessoal de estar aqui em meio a funcionários deste Legislativo, e colegas meus de trabalho, como hoje eu estou aqui à Mesa tendo ao meu lado o Hermas, que era o meu 1º vice-presidente e Geraldo Cartário, que era o meu 2º vice-presidente, no ano de 1994, quando fizemos todo um trabalho de comemoração dos 140 anos do Legislativo Estadual do Paraná.

E hoje estamos aqui de novo, de certa forma, iniciando todo um momento de comemoração desses 150 anos do Legislativo Estadual e nada melhor do que uma Sessão como esta homenageando o centenário de João Chede, que foi nosso Parlamentar Estadual, que foi presidente desta Casa, que foi Presidente da Constituinte de 47. Eu que tive o privilégio de participar da Constituinte de 89, como bem disse o presidente Hermas, nessa Constituição e posteriormente a essa Constituição, inseriram uma série de assuntos ligados ao interesse do cooperativismo e da agropecuária, senti-me realizado quando ouvi das palavras do presidente Hermas que, lá em 47, João Chede já se preocupava com os pequenos agricultores, com o cooperativismo, com ações em favor daquele que no dia-a-dia produz o alimento que vai à nossa mesa. Muitas vezes quando defendemos a agricultura, quando defendemos a agropecuária, quando falamos das coisas que envolvem a água, que sabidamente neste ano é introduzida a discussão da água pela CNBB na Campanha da Fraternidade: “Água, Fonte da Vida”, muitas vezes as pessoas dizem: mas, Pessuti, Hermas, Welter, ou um outro parlamentar que eu possa citar, mas espera aí, vocês só estão falando do agronegócio ou só da agricultura, da pecuária, e as outras coisas não têm importância? É lógico que todas as coisas têm importância para nós, por mais singela que ela possa ser na nossa vida, qualquer tema, qualquer coisa é importante na nossa vida, mas a produção de alimentos, a conservação de um ambiente adequado para nele vivermos e a preservação das nossas águas é uma questão de sobrevivência da nossa vida.

Esses dias eu li uma frase, se não me falha a memória, de Dom Sérgio Colombo - Bispo Diocesano de Paranavaí, quando ele, ao enaltecer a produção dizia: o alimento é o combustível que precisa a matéria humana para poder continuar vivendo, tem o combustível espiritual, tem o combustível da fé, mas alimento, a água, o ar, é o combustível que nós precisamos para continuar a nossa vida.

E é por isso que eu vim aqui hoje, meu amigo, Jonel Chede, para em meu nome, em nome do governador Roberto Requião, que me pediu que viesse representá-lo também já que ele teve um encontro ainda há pouco em Guarapuava, onde se fecha um encontro de três dias dos Bispos do Estado do Paraná, e não tinha como estar aqui, pediu que eu viesse para abraçá-lo, a sua família, os seus amigos, para que pudéssemos manifestar também, em nome do Poder Executivo, já que aqui estamos, o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, nossas sinceras e verdadeiras homenagens a João Chede, que foi de fato e verdadeiramente um cidadão deste Estado e um

cidadão a serviço deste Estado. Eu já gostava dele e fiquei mais bem-querendo essa figura quando você disse que lá atrás ele era do PSD. O PSD onde meu pai começou a fazer política no Estado do Paraná. O PSD que por primeiro fiquei sabendo que era partido político, lá pelos meus 6, 7 anos de idade. Depois vi sua referência a Souza Naves que também a exemplo de Léo de Almeida Neves eram duas figuras exponenciais da política do Paraná que sempre ouvia meu pai fazer referência, principalmente naqueles momentos que ele caminhava ao lado de Bento Munhoz da Rocha Neto, nas suas peregrinações políticas ali pela nossa querida Jardim Alegre, Ivaiporã.

Então, registre o abraço do amigo Pessuti, o abraço do governo do Estado do Paraná e as nossas homenagens realmente a quem ajudou a construir a história desses 150 anos de legislativo. João Chede deixou a sua marca que é uma marca que não se apagou na memória de nenhum de nós e muito menos deste Poder Legislativo e por isso estão de parabéns os nosso deputados, as nossas deputadas, a nossa Mesa Executiva comandada pelo presidente Hermas Brandão. E incluir dentre as ações que vão ser desenvolvidas alusivas aos 150 anos, esta sessão especial solene para homenagear o centenário de nascimento do nosso companheiro João Chede. Ele que nasceu na Palmeira do nosso prefeito Mussolini que está aqui também representando o povo daquela terra.

Era isso, senhor presidente, muito obrigado, fiquei feliz de estar aqui no dia de hoje porque saio daqui hoje muito mais alegre por ter rememorado a história de uma pessoa que deu a sua parcela de contribuição para a construção deste Estado, da democracia e de um Legislativo realmente soberano e forte como é o do Paraná!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Suspendemos a Sessão por 10 minutos para que os parlamentares e amigos dos familiares de João Chede possam cumprimentá-lo. Queremos agradecer a presença do vice-governador Orlando Pessuti, do desembargador Clotário de Macedo Portugal Neto, do cônsul do Japão, Kioshi Ayama e todos os amigos e aqueles que abrilhantaram esta primeira parte da Sessão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

(Suspensa a Sessão)

Dando por reiniciado os trabalhos desta Sessão Ordinária, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PFL, concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados. Inicialmente, sei que não é usual, mas gostaria de indagar a V. Exa. - como Questão de Ordem, se já foi protocolada a CPI dos Portos de Paranaguá na Mesa da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Mesa não recebeu qualquer pedido e nem foi protocolada a CPI do Porto ainda.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente. Com aparte do deputado Waldir Leite.

O Sr. Waldir Leite

Ontem foi conversado em Plenário a respeito do Porto de Paranaguá, inclusive com alguns apartes. Após a sessão foi feita uma reunião com toda a bancada de apoio do governo do qual eu faço parte, de forma recíproca. Não sei se está tendo a receptividade do governo em relação ao meu posicionamento, mas tenho procurado ser firme em todos os momentos. Então, após essa reunião, ficou definido com a Bancada de apoio ao governo que nós vamos procurar aprofundar as investigações para achar indícios mais concretos de irregularidades administrativas financeiras. Até porque irregularidades operacionais e técnicas já foram detectadas pela própria Comissão de Fiscalização e Controle.

Então em respeito à base de apoio, em respeito aos deputados poderíamos começar uma CPI. Acredito que temos que ter argumentos mais fortes para que possamos, de fato, pedir a instalação de uma CPI. Após a Sessão iremos conversar com todas as pessoas que assinaram a CPI, bem como com o presidente da Casa, - inclusive com V. Exa - para que vejamos qual é o melhor posicionamento para este Legislativo.

O SR. DURVAL AMARAL

A minha grande preocupação neste momento, é de preservar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, preservar cada um dos parlamentares que assinaram esta CPI. Digamos que seria usual, após a coleta das assinaturas, e já sabemos que existe um número maior do que o necessário, um número maior do que 18 assinaturas para que a CPI seja protocolada nesta Casa. E, no nosso entendimento, os prejuízos à sociedade paranaense, aos cidadãos que moram em Paranaguá, os prejuízos administrativos, financeiros, políticos e à agricultura do Estado do Paraná já estão mais do que evidenciados.

Não precisamos esperar a noite chegar para termos certeza que no dia seguinte o sol vai raiar. Já temos a convicção absoluta que o sol nasce todos os dias, como temos convicção absoluta das irregularidades existentes no porto de Paranaguá, inclusive denunciadas por V. Exa. nesta Casa. Em hipótese alguma, deputado Leite, quero lhe cobrar uma postura. Mas quero, sobretudo, defender a Assembléia Legislativa neste momento. São muitos os

parlamentares que assinaram. São muitos os parlamentares da Oposição e alguns do Bloco Independente que querem assinar essa Comissão Parlamentar de Inquérito. E queremos realmente que seja protocolada na Casa. E que todos os Partidos que tenham possibilidade de se fazer representar, indiquem os seus representantes e em nome da transparência, porque esse é um governo transparente. E não falo aqui como líder do Governo, mas falo usando das palavras do próprio governador daquela tribuna.

Esse é um governo transparente, é um governo que não teme. Onde não só a situação, mas a Oposição tem o dever de apontar as irregularidades que porventura estejam acontecendo, porque não podemos correr o risco de macular o nome do governador do Estado do Paraná. Razão pela qual, não vejo nenhuma lógica - não vejo, deputado Elio Rusch, deputado Nelson Justus, que foi secretário dos Transportes - não existe nenhuma lógica no campo da razoabilidade, de que a CPI, tendo conquistado os números necessários para sua instalação, fique aguardando numa sexta sessão, uma conveniência.

Não é possível, afronta a todos nós uma atitude como essa. Não posso aceitar, deputado Leite. Coloquei a minha assinatura, quero que a CPI seja apresentada à Assembléia Legislativa, porque não entendo como recuo de V. Exa., mas entendo como uma pressão sem precedentes na história... não vou dizer isso, porque é natural que o governo não caíria aqui em contradição. É natural que o Governo faça pressão. Mas não posso admitir que um Governo queira ser transparente fazer pressão dessa natureza para que a CPI não saia.

O Sr. Marcos Isfer

Apenas para esclarecer que efetivamente ontem nós tivemos aqui na tarde de ontem, nesta Casa, o superintendente do porto de Paranaguá, Dr. Eduardo Requião que veio a esta Casa, reuniu-se com base aliada do governo para prestar esclarecimentos, não só ao deputado Leite, mas a todos os deputados que tinham dúvidas e colocaram as suas dúvidas. Essas dúvidas algumas foram de pronto respondidas, outras foram solicitado um prazo para que pudessem ser enviados os documentos que dessem resposta. E da mesma forma, ficou muito claro que a Comissão de Fiscalização que junto da qual o deputado Leite é membro e faz parte e está fiscalizando. Aliás diga-se de passagem, fiscalizando de uma forma muito severa e muito séria tido o que lá ocorre. E é o papel desta Assembléia, como é o papel de um porto público prestar contas a esta Assembléia.

Portanto, a questão da CPI, nos não podemos em momento algum vulgarizar, como foi feito em outros tempos. Cansei de ouvir críticas aqui dentro desta Casa de CPIs que teriam sido criadas sem maiores motivações e que não havia necessidade de que elas fossem criadas.

CPIs que no ano passado levaram o ano todo o trabalho de todos os senhores deputados desta Casa de uma

forma muito séria. Se nós temos outros expedientes, é hora de usarmos outros expedientes. Não há pressão por parte do Governo. E quero dizer a V. Exa. deputado Durval, não há ninguém que tenha vindo pedir ao deputado Leite para retirar a sua assinatura. Eu já vi em outros tempos muitos riscarem a sua assinatura.

Então quero dizer que não há pressão. Há sim, cautela para que não haja por parte desta Casa uma medida precipitada que faça com que todos os deputados se envolvam numa CPI, na qual não haja maiores fatos a serem apurados. Há fatos graves, há. O deputado Leite trouxe as denúncias, imediatamente se convocou e aqui esteve o superintendente do porto trazendo informações. Há muito ainda a se perguntar, há muito a se averiguar, há!

Não há ainda, e esse é o entendimento nosso e foi essa a conversa que tivemos com o deputado Leite, ainda não há o clima propício - para a proposição da CPI, porque não há efetivamente um fato comprovado de maior gravidade neste momento, para que ela seja proposta como fato específico,

O Sr. Waldir Leite

Agradeço pelo aparte e pela preocupação que o senhor está tendo com o tema Paranaguá já que é um tema que envolve toda a nossa economia. Mas como bem falou o deputado Marcos Isfer, foi conversado ontem, agora, salvo algum deputado que queira apresentar alguma denúncia de alguma irregularidade financeira, não tenha dúvida que protocolo a CPI hoje. Caso não chegue aqui, vamos aprofundar as investigações na Comissão de Fiscalização e Controle, a qual o senhor sabe que alguns deputados fazem parte e estão fazendo com a maior responsabilidade possível. A própria Comissão dará subsídios para uma CPI ou não.

Pode ter certeza, se houver alguma denúncia grave no que diz respeito a questão financeira, instalaremos a CPI. Temos que ter argumento, porque não podemos vulgarizar ou ridicularizar uma CPI, até em respeito aos deputados que vão integrar essa CPI.

O Sr. Barbosa Neto

Gostaria de manifestar a minha preocupação com o andamento desse protocolo para instalação dessa CPI.

Quem é que pode ter medo de uma CPI? Uma das funções precípua dos deputados, garantindo inclusive o equilíbrio do poder para as minorias dentro de uma Casa Parlamentar como essa. É uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Fui um dos signatários dessa proposição apoiando o deputado Waldir Leite. E gostaria que essa CPI fosse instalada, porque não podemos deixar pairar quaisquer tipos de dúvidas em relação ao objeto dessa CPI. Entendo que a própria Base aliada tem a intenção de ver esses pontos sendo dirimidos ou qualquer tipo de dúvida que possa pairar sobre tudo isso.

Por isso, gostaria de dar um total apoio ao deputado Waldir Leite para que possa instaurar essa CPI. Não tenho nenhum interesse político eleitoral, mas a preocupação que temos com o porto de Paranaguá, que é uma das fontes de receita para o nosso Estado.

Finalizo dizendo que: uma CPI começa pela fumaça, como dizia Ulisses Guimarães, até chegar ao fogo.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, não estamos aqui querendo banalizar uma CPI: nem tão pouco diminuir a sua força. Fico até preocupado com essa mudança e essa conveniência do discurso. Se os fatos não fossem relevantes, tenho certeza deputado Waldir Leite, que o senhor teria colhido assinaturas de uma CPI. Se os fatos não fossem relevantes não haveria nesta Casa mais de 20 parlamentares subscrevendo essa CPI. Se os fatos não fossem relevantes não teriam sido pegadas as assinaturas em três vias. Eu assinei três vezes. E peço ao deputado Waldir Leite, em nome da transparência, o Paraná e a sociedade têm que saber quais são todos os parlamentares que assinaram. Porque se houver recuo a sociedade paranaense tem que saber quais são os deputados que recuaram nessa postura. E não venham me falar se houver fatos novos.

Está aí a Fetaep denunciando que o porto está causando um prejuízo de 1 bilhão e 600 milhões de reais aos produtores do Estado do Paraná. Isso não é relevante? Ou será brincadeira da Fetaep uma acusação dessa natureza? Os 42 navios parados não é relevante? Aquele filme trazido aqui nesta Casa foi uma montagem, por acaso? Não vejo outra razão a não ser pressão. É o medo da investigação. Como disse aqui o deputado Barbosa Neto, “começa-se com uma fumaça, mas pode chegar do outro lado a um grande incêndio” e, efetivamente, a pressão que existe neste momento, sobre a Assembleia Legislativa, por parte do Governo do Estado, é de abortar essa Comissão Parlamentar de Inquérito, antes mesmo dela ser apresentada.

O Sr. Waldir Leite

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Agradeço o aparte que V. Exa me concede e quero dizer que eu estava, na verdade, estranhando essa CPI desde o começo. Tenho um posicionamento crítico quanto ao Governo e, em nenhum momento, fui procurado para assinar essa CPI. Então, eu iria fazer uso do horário da Liderança do meu Partido e irei fazer uso para me colocar à disposição para assinatura dessa CPI, que não seja falta de assinaturas, se já tem vinte, sei que tem mais parlamentares aqui que também não foram consultados.

Eu vi aqui o deputado argumentando de que não houve pressão, houve pressão sim...

O Sr. Antônio Anibelli

Não houve pressão! V. Exa. está falando uma inverdade! V. Exa. não pode afirmar coisas que não são verdadeiras!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Eu gostaria que o deputado Antônio Anibelli respeitasse o horário que foi dado aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Eu prometo ao deputado Anibelli que depois farei uso do horário do PSDB e lhe darei o aparte. Não precisamos nos agitar aqui, porque, certamente, estamos discutindo algo em benefício do Paraná.

O deputado que representa Paranaguá traz aqui um filme estarecedor! Estamos exportando soja misturada com ratazana! E aí não há um fato relevante?

O porto de Paranaguá não está funcionando, por quê?

Por que as mercadorias que devem ser despachadas imediatamente estão há trinta dias esperando?

Estão aí o setor madeireiro do Paraná reclamando que o porto de Paranaguá está paralisado. Sou um representante do setor madeireiro, só exporto e nós estamos tendo que usar os portos de Itajaí, São Francisco, os portos de Santa Catarina!

Por que a Sadia ou a Perdigão está tirando suas instalações de Paranaguá? Não é um fato relevante?

Desculpe-me deputado Leite, com toda admiração que tenho por V. Exa., mas aí talvez tenha faltado experiência, porque V. Exa. mostrou o motivo da CPI, provou o motivo da CPI, convenceu os parlamentares e assinarem e subscreverem a CPI e, de repente, não há mais fato relevante!

Não vamos nem entrar na questão, pois parece que agita os nervos dos governistas falar sobre pressão. Ora, ontem, se houve essa reunião, eu não fui convidado e se fosse uma reunião aberta não seria só para os deputados do Governo, seria para este deputado que tem muitos questionamentos para fazer sobre o porto de Paranaguá.

Somo-me ao seu pronunciamento e digo ao deputado Leite: se essa CPI não for avante V. Exa. vai pagar muito caro, porque no momento em que ele colhe as assinaturas não é mais dono da CPI, quem subscreveu também tem responsabilidade sobre isso. Eu não subscrevi, mas estou aqui à disposição para subscrever.

O Sr. Antônio Anibelli

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Depois do pronunciamento paralelo ao seu discurso, não foi um aparte, talvez ele extrapolou um pouquinho para que eu não pudesse falar, mas V. Exa. tenha absoluta certeza e esta Casa também que o governador Roberto Requião nem sabe que existe pedido de CPI. Quem assinou é responsável e se o deputado Leite tem as

assinaturas, que apresente, nós não temos medo. As ratas talvez proliferaram no porto por que os gatos saíram de lá; os ratos tomaram conta, porque os gatos saíram do Governo passado!

Deputado Durval Amaral, V. Exa. que merece o meu respeito, digo a V. Exa. e digo à Casa: nós não somos deputados que tiramos assinaturas de CPI's, como foi o caso da Sercomtel em Londrina no Governo passado no governo passado. Um avião veio à noite, de Londrina para cá, e todo mundo retirou a assinatura. Aqui deste lado e os deputados que assinaram, mantêm as suas assinaturas. Dê entrada na CPI. Vamos à CPI. Vamos provar. E não admito que ninguém venha dizer que o governador Roberto Requião ou a base aliada está pressionando.

Nós não pressionamos ninguém. É liberdade, é democracia e a verdade tem que ser dita.

O que foi dito ontem, numa reunião da base aliada, foram os esclarecimentos de um problema político entre o superintendente do Porto e o deputado Leite. Se ele se convenceu, o problema é dele. Eu não assinei a CPI. Se o deputado quiser continuar, que continue. Acho que os deputados que assinaram não devem retirar as suas assinaturas porque retirar vai nos lembrar a Sercomtel de Londrina onde dizem que muito dinheiro correu pela desistência das assinaturas.

O SR. DURVAL AMARAL

Deputado Anibelli, não poderia esperar de V. Exa. um outro comportamento, como Líder do PMDB, de insistir inclusive para que o deputado Leite apresente a CPI à Mesa. Não poderia ser outro comportamento que nós pudéssemos esperar de V. Exa. E acredito até que o deputado Leite não vai se furtar de entregar uma cópia do requerimento que não mais lhe pertence, que é de todos nós parlamentares, à Liderança da Oposição.

O Sr. Valdir Leite

Deputado Durval Amaral, concede-me um aparte? (**Assentimento**)

Entendo muito bem o posicionamento de todos vocês, até porque são contrários à posição do governo Requião e respeito a opinião de todos. Mas, quero deixar bem claro que temos que ser bastante responsáveis como tenho procurado ser até para não macular a imagem de ninguém de forma irresponsável sem poder provar as acusações que lhe são imputadas.

Eu acredito que a Comissão de Fiscalização e Controle tem feito da melhor maneira possível, tem poderes e quando o senhor fala das irregularidades operacionais, técnicas e sanitárias, não é necessário uma CPI.

Na verdade, quando falo em CPI é para apurar as irregularidades financeiras que possam estar ocorrendo. Essas sim são louváveis uma CPI.

E até agora, não achamos esse encaminhamento, conversando com as pessoas da Comissão de Fiscaliza-

ção e Controle. Resolvemos por bem, uma grande parte dos deputados que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Controle, aprofundar as investigações no que diz respeito ao Porto de Paranaguá.

Com relação à reunião de ontem onde o superintendente esteve aqui conversando com os deputados, não mudou meu pensamento em nada, até porque muitas inverdades foram ditas. Uma delas, que o Porto foi assumido com caixa zero, quando na verdade a nova administração pegou aquela autarquia, tinha quarenta e nove milhões em caixa.

Não concordo com muita coisa que foi dito lá, discordo politicamente do senhor Eduardo Requião, não pessoalmente, mas com a maneira que ele vem administrando o Porto e trazendo prejuízo à economia do Paraná.

Mas, esses dados, a Comissão de Fiscalização e Controle tem como agir e atuar de forma que traga esses números para toda sociedade paranaense como o senhor bem quer, até porque o senhor é um paranaense convicto das necessidades do porto de Paranaguá para a sua economia.

Concordo com o senhor.

E, como falei, temos um requerimento aqui hoje, assinado por mim, aonde pede que venha a esta Casa, o superintendente prestar esclarecimentos a todos os deputados.

Então, votarei a favor desse requerimento até para que todos os deputados possam fazer os questionamentos que vão ser exigidos ao superintendente.

Fora isso, a Fetaep, Faep, Ocepar, serão chamadas pela Comissão de Fiscalização e Controle para realmente relatar o prejuízo de um bilhão e seiscentos milhões que o senhor falou da economia paranaense. Por enquanto não temos esses dados de forma oficial, através da comissão. Acho prudente ter algumas documentações, alguns esclarecimentos para então interpor a CPI. Existem deputados da base aliada que realmente pediram essas ponderações a mim. Obrigado, deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar ao orador que está na tribuna, que o seu tempo está esgotado.

O SR. DURVAL AMARAL

Só um aparte, senhor presidente, ao deputado Nelson Justus para concluir.

O Sr. Nelson Justus

Historicamente nesta Casa, tenho sido contra as CPI's. Não assinei a CPI da Sercomtel, não assinei a CPI alguma e muito menos essa. O que não posso deixar de colocar aqui, é que temos que tomar muito cuidado aqui na Casa com que o fazemos e com o que falamos, sob pena de nos ridicularizarmos. É muito perigoso nós tentarmos macular a imagem de um homem chamado Osires Estênio Guimarães e tentar compará-lo com quem está no

seu lugar. Isso é perigosíssimo e nós corremos o risco de partirmos para a raia do ridículo.

Então, temos que tomar muito cuidado para não mancharmos um nome que tem uma história aqui no Paraná, como a do Doutor Osires Estênio Guimarães, ex-superintendente do Porto! Não assinei a CPI do porto de Paranaguá por uma questão de princípios, porque sou contra CPI. Mas, não tenho dúvida alguma que o governador Requião vai ter muito material para editar uma grande cartilha do porto de Paranaguá.

O SR. JOCELITO CANTO

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Eu deveras fiquei preocupado agora, senhor presidente, porque ouvi agora um quase decano desta Assembléia, o deputado Nelson Justus, fazer um eloqüente pronunciamento e defender aquilo que o deputado Anibelli acabou de falar aqui.

Senhor presidente, fiquei arrepiado, confesso aos senhores deputados, quando vi aqui o deputado Anibelli dizer que tem rato lá no porto de Paranaguá hoje, porque os gatos saíram. E aí vejo o deputado Nelson Justus sair em defesa do ex-superintendente do porto de Paranaguá. É muito grave o que nós ouvimos nesta Casa! Acho que isso é gravíssimo, quando nós ouvimos aqui dois ilustres parlamentares, deputados da mais alta categoria desta Assembléia, dizerem um que tem gato e outro que tem rato.

Então, senhor presidente, é grave o que ouvimos nesta Casa nesta tarde!

E segundo, o deputado Anibelli também falou de um avião, um avião carregado de “cascalho”, de dinheiro que veio aqui e se retirou assinatura. Isso é grave também!

Então, como disse o deputado Nelson Justus, o que se fala aqui está registrado no dia-a-dia desta Casa. Então, gostaria de deixar esse detalhe aqui e chamar a atenção, porque nós, os mais jovens e inexperientes aqui, nos pautamos muito pelos deputados mais experientes e que andam no dia-a-dia desta Casa há muitos e muitos anos. Era essa a colocação que eu queria fazer, senhor presidente!

O SR. ELIO RUSCH

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

O tema foi amplamente debatido pelos ilustres parlamentares e como fui signatários e assinei esse documento e o deputado Durval Amaral falou com muita propriedade, com todo o respeito que tenho ao deputado Leite, mas eu gostaria de uma cópia desse documento que coloquei minha assinatura. Solicito uma cópia do deputado Leite desse requerimento que assinei, porque a partir do momento em que coloquei minha assinatura...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem esta Presidência somente concederá a palavra, de acordo com o Regimento Interno, quando estivermos violando o Regimento Interno. Então, está cassada a palavra de V. Exa. também.

No horário da Liderança do PTB, com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero inicialmente cumprimentar o presidente, os deputados e as deputadas e talvez pela primeira vez eu concorde com o deputado Jocelito Canto.

À maneira com que nós usamos as palavras, posicionamos esta Casa perante a opinião pública. Quando nós estávamos questionando a questão da CPI e eu até atribuo, não sei qual razão, a demora da entrega dessa CPI para a Presidência, nós começamos a nos questionar: faltam assinaturas. Ontem procurei vários parlamentares para que eu pudesse assinar essa CPI e não consegui no dia de ontem.

Pasmem os senhores, pelo que eu estou observando, a CPI está sepultada, está como o caso Valdomiro, está sepultada!

Gostaria que fossem breves porque hoje o nosso presidente está dando tempo suficiente para as lideranças falarem, mas gostaria que fossem breves porque tenho três apartes.

Eu inicio pelo deputado Stica, que já estava em pé, depois o deputado Neivo, e depois o deputado Luiz Carlos Martins. Mas, gostaria de brevidade e a compreensão de Vossas Excelências.

O Sr. Natálio Stica

Obrigado, deputado Valdir Rossoni.

Eu quero dizer a respeito da reunião de ontem que nós tivemos uma verdadeira aula do porto de Paranaguá e temos muito o que discutir, inclusive, pela direção do porto assumindo alguns erros de condução que vão, com certeza, ser discutidos e ao serem discutidos, com certeza, acertaremos.

Quero destacar aqui também a grandiosidade do deputado Leite, em segurar a CPI, porque entendeu que nós podemos, através da Comissão que já está criada nesta Casa e que está acompanhando e discutindo o porto de Paranaguá, vai discutir todos os problemas que tem e, se for o caso, não precisa mais CPI. Se necessitar, a CPI acontecerá.

Nós temos que trabalhar a CPI para concluir, CPI como coisa séria, não podemos correr o risco de dizer que toda a CPI acaba em pizza, porque todo o assunto vira uma CPI. CPI é coisa séria e assim será tratada.

O SR. VALDIR ROSSONI

Concedo um aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Em primeiro lugar, se me permite, para não acabar em pizza a CPI, esta Casa tem que votar que o Ministério

Público dará prioridade ao trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que está, aliás, apresentado o projeto por mim e tramita nesta Casa.

Segunda questão é dizer que a Comissão de Fiscalização, presidida por mim, já ouviu três diretores do porto. A última Sessão foi em Paranaguá, onde ouvimos trinta convocados, dizem que a unanimidade é burra. Pois bem, nesse dia aconteceu exatamente assim, a unanimidade: oito sindicatos, vários terminais, Associação Comercial Industrial, unanimemente, pede que o Governo preste atenção na administração do porto de Paranaguá, porque não há contentamento na sociedade e nem tampouco em quem usa o nosso porto, importante para o Brasil.

Pois bem, agora sim, na condição de presidente da Comissão de Fiscalização e Controle solicito ao deputado Leite, membro da Comissão, que nos entregue uma cópia da solicitação da CPI. Só isso. Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI

Concedo um aparte ao deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins

A quem interessa a CPI do porto de Paranaguá?

Eu acho que essa é a grande pergunta que tem que se fazer aqui, deputado Leite: a quem interessa a CPI do porto de Paranaguá?

E mais uma pergunta, deputado Rossoni: a quem não interessa a CPI?

Eu só posso responder a primeira: interessa ao povo do Paraná.

E o deputado Anibelli foi feliz aqui, porque ele é líder do Partido do governador Requião. E o que disse o deputado Anibelli, tenho certeza que é assim que pensa o governador Requião, ele sempre foi a favor de CPI.

E também queria registrar, é uma pena, corroborando aqui com o deputado Nelson Justus, vamos acabar com insinuações neste Casa. Só isso.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu quero dizer ao meu caro colega parlamentar, deputado Leite, de Paranaguá, que depois das palavras ditas aqui pelo líder do PMDB, dizendo que não teme a CPI, e é verdade, se V. Exa. não der andamento a essa CPI, toda essa responsabilidade ficará sobre a sua pessoa. E certamente isso lhe custará, politicamente, muito caro na cidade de Paranaguá e a todos os parlamentares.

Deputado Leite, eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Exa.: V. Exa. vai apresentar o requerimento ou não?

O Sr. Waldir Leite

Deputado Valdir Rossoni, o senhor me concede um aparte?

(Assentimento)

Vou falar para o senhor uma coisa aqui: - tenho todo respeito por todos os parlamentares aqui, reconheço a experiência de todos eles mas não pensem que por eu estar no primeiro mandato que vou cair no jogo de quem quer que seja, de qualquer grupo que venha fazer pressão em cima do meu posicionamento.

Sou responsável por todos os meus atos, de apresentar ou não e também sei quanto vai custar para mim apresentar ou não. Admiro a sua preocupação para com meu mandato, para com meu posicionamento político mas agradeço até porque estando em lados antagônicos não poderia acreditar que isso seria o melhor para mim. Pode deixar que na hora oportuna eu irei tomar a decisão mais correta, mais ponderada, mais justa e principalmente mais honesta com a imagem, com a moral e com o nome de todas as pessoas. Sempre, durante todo meu mandato, irei agir dessa forma!

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Tenho certeza que V. Exa. agirá da melhor forma possível mas como colocou o deputado Neivo Beraldin eu também coloco, eu gostaria que V. Exa. me concedesse o prazer de subscrever esta CPI porque a melhor forma de demonstrar que não existe nada no porto de Paranaguá é a CPI! Diga-se de passagem nós vivemos um momento atípico da nossa história, estamos vivendo, a nível nacional, a questão da CPI do Waldomiro. O que aconteceu lá? Se você for perguntar ao governo não houve também pressão lá, aqui também não houve pressão e estão transformando o melhor porto brasileiro no pior porto brasileiro! E nós não podemos esconder o sol com a peneira, todo dia aqui pipoca uma denúncia! Não sei qual é a capacidade desta pessoa que esteve aqui que convenceu tão bem os deputados que não há necessidade de CPI mas pelo que senti do deputado Durval e dos outros deputados não estão satisfeitos com as explicações. Eu não estava na reunião, não fui convidado e gostaria que esta CPI tivesse prosseguimento porque não é possível que esta CPI seja engavetada!

Quanto a questão do posicionamento que o deputado Anibelli teve aqui, eu quero dizer o seguinte: não é com ameaças que este parlamentar - e tenho certeza que meus colegas opositoristas vão nos amedrontar - se tivéssemos medo, não estaríamos todo dia aqui mostrando os erros do governo Requião.

E, para concluir, senhor presidente - diga-se de passagem - se nós teméssemos alguma coisa, temeríamos o governador Requião, com seus rompantes que assustam todo mundo. A nós ele não assusta! Na segunda-feira, senhor presidente, estarei aqui fazendo um pronunciamento sobre a imprensa paranaense, porque conversas que tenho tido nos bastidores com repórteres de jornais, eles dizem o seguinte: "nunca houve uma censura tão grande como está havendo pelo atual Governo do Paraná". Na segunda-feira, voltarei em cima dessa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário do PDT, concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente e senhores deputados.

Não creio que seja interessante, senhor presidente, V. Exa. que tem conduzido a Assembléia Legislativa com extremo equilíbrio, não penso que seja interessante continuarmos nesse debate, pelo menos por agora. Porque vi, aqui, uma posição bem clara de deputado Anibelli, por exemplo, que é um deputado cuja experiência e tradição representa muito para a nossa região e para o Estado do Paraná. Embora ele tenha feito esse pronunciamento e tenha esse cabedal de experiência tanto parlamentar quanto pessoal e na vida política do Paraná, mas dado a sua espontaneidade registro, aqui, que depende do autor a apresentação ou não da CPI. Eu não assinei. O deputado Anibelli disse ao autor que não acreditava que prosperasse essa CPI. Acho, mais ou menos na linha em que falou o deputado Nelson Justus, que a preocupação deve ser com a Assembléia Legislativa.

Não podemos, daqui a pouco, ficar de brincadeira de assinatura, disso e daquilo. E os demais deputados que assinaram a CPI deviam ter esse questionamento junto com o deputado Leite, que responde pelo seu mandato. A partir do momento em que temos assento nesta Casa, temos a representação legítima e respondemos pelos nossos atos em nome da representação que temos.

Mas, também, senhor presidente, ouvi aqui algo que não faz parte do bom senso, querermos substituir uma CPI por uma Comissão Permanente da Casa. Não é salutar, não é bom para o Parlamento, não tem a Comissão Permanente essa função. E não devemos fazer isso, sob pena de estarmos sobre qualquer assunto e em qualquer pretexto e a qualquer momento estar usando uma Comissão Permanente da Casa para resolver um problema levantado por um dos parlamentares ou por vários, como é o caso dessa questão.

Gostaria de dizer o seguinte: pelo Regimento Interno não é possível a CPI convidar e nem convocar a Ocepar e nem a FAEP, em razão de que eles apenas apresentaram um documento, um estudo, um resumo, uma análise da situação da produção agropecuária do Estado em que dizem do prejuízo que o setor está sofrendo, tendo em vista o desempenho do porto de Paranaguá. Não disseram eles isso ou aquilo; colocaram e arrazoaram no seu levantamento isso. Acho que temos que respeitar um segmento produtivo como é o caso daqueles representados pela Ocepar e pela Faep. Porque eles representam a força viva da produção do Estado do Paraná. O trabalho que eles prestam é inigualável no Estado em termos do crescimento econômico, deputado Bradock, porque o Paraná ao longo dos tempos não perdeu essa condição, embora sua fronteira agrícola tivesse cessado. Não perdeu a condição porque temos a possibilidade da grande produção no Paraná. Não vamos colocar com o

subterfúgio de substituir a CPI pela Comissão de Fiscalização, não vamos cair nessa insensatez de agora ficar convocando a Ocepar e a Faep por terem feito um relatório. A Comissão de Fiscalização está claro, aqui, no Regimento Interno, está escrito aqui (Lê parágrafo 15 do Regimento Interno página 18): “A Comissão de Fiscalização... não aprovados.” Tudo isso do ponto de vista público, atos públicos, da administração pública. Pode até estar fazendo isso com competência com relação a questão do Porto, mas daí até começarmos a convocar a sociedade civil organizada, auto lá. Se não chegarmos a um entendimento na Casa para resolver o problema levantado pelo deputado Leite e que coletou assinaturas, etc e tal. Não vamos fazer da calça o remendo. Porque aí estaremos cometendo mais um erro com relação quanto à nossa função enquanto Poder Legislativo.

Concedo aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Três pontos: primeiro dizer que eu, pessoalmente, gosto muito do governador como ser humano, segundo que o PDT, dos quatro membros, três assinaram a CPI pedida pelo deputado Leite - eu, o deputado Barbosa e o deputado Renato Gaúcho; terceiro que, por deliberação desta Casa, vamos fazer um seminário nacional, aqui, no dia 2 de abril para discutirmos a questão do nosso porto de Paranaguá. No mesmo período o porto do Rio Grande exportou 140 milhões de toneladas de grãos este ano; Paranaguá 87 milhões; Santos 560 milhões. O saldo negativo é muito grande. Então, o que nós gostaríamos e o que reitero aqui, aproveitando o aparte, ao deputado Leite, para que nos conceda a cópia de todas aquelas assinaturas porque é público. Se nós colocarmos a nossa assinatura lá, se foi 17, 20, 15, 10, tem que ser colocado a público. Isso faço na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Por último, deputado Leite, com todo o respeito à nossa população parnanguara, o porto de Paranaguá, maior corredor de exportação da América Latina, um dos maiores do mundo não pertence à população de Paranaguá para ficar numa briga restrita a problemas políticos de Paranaguá. O porto de Paranaguá pertence à população do Paraná e pertence ao Brasil. Qual é o Estado que não gostaria de ter no seu território um Porto, ainda mais do tamanho do porto de Paranaguá. Então, acho que vamos ter que discutir essa questão com a responsabilidade que o tamanho deste Parlamento representa para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. WALDIR LEITE (Pela Ordem)

Quero deixar claro que se há alguma incoerência, a incoerência é da Comissão porque 15 dias antes da

questão da CPI ser levantada aqui, membros da Faep, da Fetaep e da Ocepar se não me engano na última deliberação da Assembléia já foram convidados ou convocados. Por último, nunca falei que o porto é de Paranaguá, do Paraná ou do Brasil, são colocações que não são minhas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No horário da Liderança do PT, com palavra o deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores deputados. Nós, da Bancada do PT, estamos acreditando no que o superintendente do Porto falou e falou muito claro. Só um exemplo: o software que controla a balança que recebe toda a questão da importação dos adubos era controlado pelo próprio importador. E o superintendente testemunhou, apesar de um caminhão, que a diferença dava cinco toneladas. É um absurdo. A questão da quantidade de ratos foi colocado muito claro também no testemunho dele. Houve a sustação de 5 contratos que custaram em torno de 3 milhões de reais, contratou-se uma única empresa no valor de 800 mil reais, teve problema com a empresa, infelizmente, e aí não houve a desratização no momento devido. E se contratou, emergencialmente, por três meses uma outra empresa. Então, existe, realmente, uma vontade muito grande de corrigir as distorções históricas que ocorrem dentro do porto de Paranaguá.

E nós naturalmente, acreditamos que o superintendente do Porto está tentando corrigir essas questões.

A questão da dragagem, também, havia uma máquina que estava parada há muito tempo e o custo dessa draga é infinitamente alto. Só para pagar o aluguel dessa máquina, com dois meses se compra uma máquina nova e é isso que vai ser feito no Porto. Veja só a economia que isso tudo significa.

Em nome da Bancada do PT que dá sustentação ao governo do PMDB do Requião, precisamos fazer esses esclarecimentos. Percebi que foram muito convincentes os esclarecimentos do superintendente do porto de Paranaguá, sentimos que existe ali no porto de Paranaguá uma correlação de poder entre todos os prestadores de serviços. Foram cortadas algumas regalias de funcionários e há um descontentamento, e é natural que quando se corta algumas regalias crie-se descontentamentos. E, naturalmente, admite-se, também, que tem problemas. Mas eles estão sendo corrigidos gradativamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança do PMDB, com a palavra o deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Este ano e quatro meses de mandato, sem dúvida alguma nos traz um aprendizado significativo. O governo Roberto Requião, o Partido do PMDB, a bancada de sustentação do governo, sem dúvida alguma e já demonstrou através dos seus atos que não tem medo de CPI, pelo contrário, é solidária a toda investigação que puder contribuir para melhor administração do Estado do Paraná. Assim demonstrou quando assinou solidariamente sua participação em cinco CPI's que foram instaladas no ano de 2003. Vejam bem, senhores deputados, aqueles que estão cobrando muitas vezes a instalação de algumas CPI's por que não solicitam, não exigem também, o encaminhamento dos resultados apresentados pelas CPI's. Muitas das CPI's que foram realizadas no ano passado, até agora não tiveram o seu relatório, a sua conclusão encaminhada aos órgãos competentes e aprovadas em plenário, conforme ordena o Regimento e a Constituição.

Aqui cabe uma solicitação ao nosso presidente, para que encaminhe, senão todos os relatórios que estão parados na Casa, pelo menos o da CPI da Sedu/Paranacidade, da qual fizemos parte e fizemos, sem dúvida alguma, aquilo a que nos propusemos desde o início: um trabalho buscando a transparência e buscando levantar, se assim existissem, fatos irregulares. E fizemos o nosso relatório, a nossa conclusão, sugerindo inclusive, o encaminhamento ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

Não podemos esquecer que o deputado Waldir Leite está realizando, sem dúvida alguma, aquela que é sua função como parlamentar, que a fiscalização do Executivo de uma forma geral. Se assim não fosse, o deputado representante legítimo da cidade de Paranaguá e do Estado do Paraná, não teria levantado todas essas irregularidades que lhes foram apresentadas.

De pronto o deputado levou essas denúncias à Comissão de Fiscalização que, presidida pelo deputado Neivo Beraldin, deliberou em várias sessões sobre solicitações de esclarecimentos - e aqui eu falo, senhores deputados, senhoras deputadas, senhoras e senhores, que a postura do governo sempre foi e sempre será - de transparência, se assim não fosse, esse deputado que pertence ao PMDB e alguns deputados que fazem parte da Comissão de Fiscalização não seriam signatários dos pedidos e das solicitações de esclarecimentos encaminhados ao porto de Paranaguá. Sem dúvida alguma todas as situações levantadas pelo deputado Waldir Leite, pelos outros parlamentares que fazem parte da Comissão de Fiscalização e por qualquer um parlamentar desta Casa, será se assim competir a Comissão de Fiscalização investigada porque essa é a orientação do nosso governo. Assim nós estamos solidários, assim nós estamos postando a nossa conduta, assim também é o nosso princípio e a nossa convicção.

Sem dúvida alguma as solicitações que foram feitas ao porto de Paranaguá, muitas delas já foram esclare-

cidas, não somente com a presença do superintendente do porto de Paranaguá na tarde de ontem nessa Casa, mas também por documentos comprobatórios que nos foram encaminhados assim fazendo os devidos esclarecimentos.

Quero dizer, no entanto, que não tenho dúvidas que essa Assembléia deve investigar, que essa Assembléia deve continuar fazendo o seu papel. Que o deputado Leite está de parabéns por ter levantado o seu papel. Que o deputado Leite está de parabéns por ter levantado essas denúncias que foram encaminhadas, sem dúvida alguma, mais me parabenizo por não ser inconseqüente e não levar adiante talvez algo que pudesse trazer conseqüências negativas e prejudiciais ao porto de Paranaguá a cidade de Paranaguá e ao Estado do Paraná.

Portanto tenho a certeza, que a nossa Comissão presidida pelo deputado Neivo Beraldin e com a postura que é peculiar por todos deputados que lá estão fazendo parte, deputados da Situação e deputadas da Oposição cumprirá o seu papel buscando esclarecimentos e chegando à conclusão de todos esses fatos. E se for no entendimento da Comissão, deliberado na Comissão necessário o encaminhamento de um relatório com denúncias constatadas para a instalação de uma CPI assim sem dúvida, procederá a Comissão de Fiscalização e eu deputado do PMDB, deputado que dou apoio ao governo Roberto Requião estarei solidário a este encaminhamento porque essa é a postura do governo e a postura desse deputado.

O Sr. Neivo Beraldin

Entendo V. Exa. faz uma exposição que a Comissão de Fiscalização está fazendo um trabalho que é verdade. Nós já solicitamos vários procedimentos, inclusive solicitamos ao Tribunal de Contas do Estado que nos dê o parecer conclusivo sobre vários aspectos da administração do Porto de Paranaguá.

No aguardo de que o Tribunal de Contas as reportem em tempo necessário, no aguardo de que o Tribunal de Contas disponibilize dois assessores técnicos, um contábil e outro engenheiro para que *in loco* essa Comissão vá a Paranaguá, verificar o estoque do silo público.

Nós enfim, temos aqui uma missão de todas as quartas-feiras realizamos uma sessão às 10h00 da manhã no plenarinho e assim estamos procedendo, no sentido de até 10/4 ou 15/4 no máximo oferecer um relatório à Assembléia Legislativa do trabalho da Comissão.

Muito bem, agora o que se discute ao contrário, é o poder de uma CPI. O que é uma CPI mais do que uma Comissão de Fiscalização. Ela tem o poder de quebra de sigilo telefônico, ela tem o poder de quebra de sigilo bancário, ela tem o poder de quebra de sigilo fiscal. Então uma CPI, ela tem poder pleno de investigação. Após essa conclusão o trabalho da CPI vai para o Ministério Público Estadual que pode oferecer ação civil pública. Vai ao Ministério Público Federal que

pode promover uma ação criminal que será encaminhado, em última análise, à justiça do Paraná. Estamos procedendo dentro do rigor do Regimento Interno desta Casa e da Constituição todos os trâmites limites que permite uma comissão permanente. Agora, uma CPI é uma CPI.

Muito obrigado!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Tenho certeza que se for necessário uma CPI será instalada, uma vez comprovados os fatos, porque esta é a nossa visão, é a visão dos deputados que fazem parte da Bancada de Sustentação, é a visão do governador e a orientação dele também.

Quero concluir convidando todos os deputados que usaram a tribuna para cobrarem de alguns parlamentares, que amanhã estaremos mais uma vez reunidos na Comissão de Fiscalização às 10h00, tratando mais uma vez sobre o assunto pertinente do porto de Paranaguá, para que conjuntamente conosco possamos elaborar um relatório conclusivo sobre esta situação.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, V. Exa. no exercício da presidência informou ao orador que acaba de descer da tribuna que já encaminhou ao Ministério Público o relatório.

O artigo 38 do Regimento Interno no inciso I diz que: “A Mesa...” (Lê o artigo). O relatório da Comissão da qual presidi e o deputado Artagão foi o relator não veio para o Plenário para análise.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Na próximo Sessão responderemos para V. Exa.

Quero informar aos senhores deputados que amanhã não teremos Sessão plenária aqui neste plenário, sendo a Sessão Solene comemorativa aos 300 anos de concessão das sesmarias que deu origem ao município de Castro. Será realizada em Castro, no Teatro Bento Mossurunga à 17h00. Foi uma proposição aprovada pelo plenário de autoria dos deputados Jocelito Canto e Plauto Miró. Espero contar com a presença dos senhores parlamentares.

Quero informar que na segunda-feira iremos instalar as duas CPI's desta Casa. O PT, o PDT e o PL ainda não fizeram indicação de seus membros.

O SR. NEIVO BERLALDIN (Pela Ordem)

Esta liderança solicita o empenho do deputado Barbosa Neto para que cumpra essa função. Na de Terras solicito que seja indicado o deputado Renato Gaúcho em nome da Liderança do PDT. Farei por escrito em seguida. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passaremos à Ordem do Dia.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa expediente subscrito pelo deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente indicando os membros do partido que irão compor as CPI's da Reforma Agrária e das Universidades, que serão instaladas nesta Casa; sendo a CPI da Reforma Agrária representada pelo deputado Elio Rusch na condição de Titular, e pelo deputado Plauto Miró Guimarães na condição de Suplente. CPI das Universidades: Titular deputado Plauto Miró Guimarães; Suplente: deputado Durval Amaral. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Valdir Rossoni, na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente indicando os deputados para compor as CPI's das Universidades e Reforma Agrária, como segue: CPI das Universidades: Titular, Nelson Tureck; Suplente, Miltinho Pupio; CPI da Reforma Agrária: Titulares, Luiz Accorsi e Nelson Garcia; Suplentes: Nelson Tureck e Miltinho Pupio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Carlos Simões, na qualidade de líder do PTB, constante do expediente, indicando o deputado Jocelito Canto, como membro titular e o deputado Ailton Araújo, como membro suplente para compor a CPI das Universidades representando o Partido Trabalhista Brasileiro. **Prejudicado.**

Expediente subscrito pelo deputado Mauro Moraes, na qualidade de líder do PL, constante do expediente, indicando o deputado Chico Noroeste como titular para compor a CPI da Reforma Agrária. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Elton Carlos Welter na qualidade de líder do PT, constante do expediente, indicando o deputado Hermes Fonseca, titular; Tadeu Veneri - suplente da CPI das Universidades estaduais e os deputados Padre Paulo Campos, André Vargas e Elton Carlos Welter, titulares e Pedro Ivo Ilkiv, e Luciana Rafagnin, suplentes da CPI da Reforma Agrária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Neivo Beraldin, na qualidade de líder do PDT, constante do expediente, indicando os seguintes deputados para compor as CPI's: CPI das Universidades: Titular, Neivo Beraldin; Suplente - Barbosa Neto; CPI da Reforma Agrária: Titular, Renato Gaúcho; Suplente - Neivo Beraldin. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Carlos Simões, na qualidade de líder do PTB, constante do expediente, indicando o deputado Ailton Araújo para compor a CPI da Reforma Agrária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois de autoria do deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2004, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o nome do doutor Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná. PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado o nome do doutor Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, com mandato de 02 (dois) anos, contados a partir da data da posse, tendo em vista o disposto no artigo 116, da Constituição Estadual e o estabelecido pela Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999.

Art. 2º - Esta decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 16.03.2004.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO ESPECIAL

P A R E C E R :

Oriunda da Mensagem Governamental nº 07/2004, de 19 de março de 2004, foi recebida pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a indicação do nome do doutor Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de procurador-geral da Justiça.

Conforme o disposto no Capítulo VI do Regimento Interno e no artigo 116 da Constituição Estadual, a Comissão Especial constituída para opinar sobre a indi-

cação, recebeu o Dr. Milton Macedo para ouvi-lo, em sessão reservada.

O Dr. Milton Riquelme de Macedo, através de sua ampla explanação e pela coerência de suas respostas aos questionamentos formulados pelos seus nobres pares, convenceu esta relatoria e os membros da Comissão Especial de sua idoneidade moral e profissional.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável à aprovação do nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de procurador-geral da Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Em votação.

Quero informar aos senhores parlamentares que a Comissão Especial ouviu hoje pela manhã, o procurador Milton Riquelme de Macedo.

Quero esclarecer que a votação será secreta, de acordo com o Regimento Interno desta Casa e os deputados que aprovarem votarão com a cédula branca SIM; os que forem contrários, com a cédula NÃO.

Solicito ao nobre deputado Delegado Bradock, a chamada dos senhores parlamentares para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Delegado Bradock**)

(Procede à chamada nominal para votação)

Votaram quarenta e sete deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e sete votantes.

Designo a seguinte comissão: Alexandre Curi, Carlos Simões, Miltinho Pupio e Elza Correia, para o escrutínio dos votos.

(É procedido o escrutínio dos votos)

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Delegado Bradock**)

Senhor presidente, tivemos quarenta e quatro votos SIM, e três votos NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está **aprovado** o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de procurador geral da Justiça do Estado do Paraná, conforme resultado anunciado pelo deputado Bradock.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para registrar a presença na Sessão de hoje, do prefeito de Céu Azul, Jaime Baz, acompanhado do presidente da Câmara daquela cidade, Sírío de Carli e os vereadores Camilo Santiago Dias e Jorge, bem como as lideranças de Terra Roxa, Genésio e Divanir Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas aos nossos ilustres visitantes.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 690/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Roncador - ASRR/PR, com sede em Roncador e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 727/2003, de autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento, com sede de Pinhal de São Bento e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal, o imóvel que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA COPTC. (**Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 011/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei, objeto desta análise, de autoria do Sr. deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação para a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal, de imóvel de propriedade do Estado do Paraná, para instalação da sede da entidade.

Em relação aos aspectos constitucionais, o projeto de lei encontra amparo legal no artigo 10 da Constituição Estadual, *in verbis*.

“CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ TÍTULO I

Da Organização do Estado e dos Municípios

Capítulo I

Da Organização do Estado

Art. 10 - Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito

público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.”

Ainda em conformidade com o artigo 53, inciso XIV da Constituição Estadual, a saber:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XIV - aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado.”

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável à presente proposição, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DOUTOR LUCIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 011/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Geraldo Cartário, o projeto em epígrafe tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal, lote de terreno localizado na área urbana daquele município, parte integrante da data 5 do quarteirão 43, com área de 437m², de propriedade do Estado do Paraná, para instalação da sede daquela Associação.

A Coordenadoria de Patrimônio do Estado, no parecer emitido sobre o presente projeto, em atendimento à solicitação desta Comissão, faz os seguintes apontamentos:

1) o imóvel em questão está sendo ocupado por repartição da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - SETR, conforme termo de transferência formalizado com a Secretaria de Estado da Administração e da previdência, em 14 de junho de 2002.

2) O projeto encontra óbice de natureza constitucional, posto que não se enquadra nas únicas hipóteses previstas no artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná para a doação de imóveis de propriedade do Estado, para fins particulares: se a beneficiária for entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou se a doação se destinar a assentamentos de caráter social.

Diante disso, e entendendo não haver interesse público que justifique a doação pretendida, esta Comissão emite parecer contrário à aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 09.12.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

Aprovado.

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, apenas para registrar o voto contrário, porque é uma doação de um terreno para a Associação Comercial e, embora nós tenhamos dado parecer favorável a esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, nós entendemos que ele terá problemas e provavelmente será vetado; votei contrário justamente por conta disso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto de V. Exa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, da mesma forma registro o meu voto aqui, com respeito ao deputado Cartário, mas em função das informações que obtivemos, voto contrário.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Meu voto também é contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto de V. Exas.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de “consumação obrigatória” ou “consumação mínima” em bares, boates, danceterias, casa de show e similares do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC E CDC. **Aprovado. (Publ, no DA nº 005/2003, de 11.03.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 98/2003

P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada de iniciativa do nobre deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de “consumação mínima” em bares, boates, danceterias, casa de show e similares no Estado do Paraná.

Em parecer lançado pela Diretoria Legislativa deste Parlamento conclui que o pretendido projeto de lei já está expresso no próprio Código de Defesa do Consumidor, faltando apenas sua aplicação, bem como a atribuição da função fiscalizatória da medida, incumbida pela proposição ao Procon/PR violaria o princípio da independência entre os poderes, e feriria a prerrogativa política do chefe do Executivo do Estado de iniciar projeto de lei, *ex-vi*, do artigo 66, IV, da Constituição Estadual.

Ocorre que a proposição sob análise não conflita com o que dispõe à respeito da legislação federal, inserindo-se a matéria nas hipóteses de legislação concor-

rente, razão pela qual viabiliza-se ao Estado legislar de forma mais minudente a respeito de questões específicas, exatamente como pretende o Projeto de Lei nº 98/2003. confira-se:

“Art 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, e bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

...

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.”

Por fim, como já afirmado em outros votos de autoria deste Relator, o princípio da simetria decorrente do Pacto Federativo impõe ao Estado observar, na elaboração legislativa, as mesmas diretrizes que a Constituição Federal impõe ao legislador federal.

Sendo assim, o artigo 66, IV da Constituição Estadual deve ser contemporizado com a redação que a Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001, deu o artigo 61 da Constituição Federal:

“Art. 61 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

...

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 84, VI;”

A proposição em tela não trata da organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, nem da extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos. Também não cria ou extingue Secretaria de Estado ou órgão da administração pública.

Desse modo, não havendo quaisquer outros vícios de ordem formal indicados ou detectados, o presente parecer é favorável à tramitação da proposição indigitada.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 98/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Natálio Stica, visa dispor sobre a proibição à cobrança de consumação obrigatória ou mínima em bares, boates, danceterias, casas de show e similares no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 01.12.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
MILTINHO PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 98/2003

P A R E C E R :

Analisamos o Projeto de Lei nº 98/2003 e concluímos que trata-se de excelente proposta, que vem de encontro ao interesse dos consumidores.

Atualmente aos consumidores é imposto, de forma arbitrária, a exigência de uma consumação mínima.

Somos pela aprovação do projeto.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 03.03.2004.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
AILTON ARAÚJO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, que proíbe o condicionamento da aceitação de cheques a tempo mínimo de abertura de conta corrente. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC E CDC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 423/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei submetido à análise desta Comissão, de autoria do nobre deputado Vanderlei Iensen, tem por objetivo proibir que se condicione a aceitação de cheques a um tempo mínimo de abertura da conta corrente junto à instituição financeira, sob o argumento de que tal exigência fere o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Além do que a exigência inverte a presunção da boa fé que deve prevalecer nas relações comerciais, constituindo-se em injustificada prática discriminatória.

Sobre a defesa dos direitos do consumidor, assegurados constitucionalmente (artigo 5º, XXV da CF), a

competência legislativa está definida no artigo 24, V, parágrafos 1º a 4º. E tendo a União editado as normas gerais sobre a matéria através da Lei 8078/97 - Código de Defesa do Consumidor, poderão os Estados legislar, suplementar e concorrentemente, sobre a matéria.

Não obstante e por força do disposto no artigo 66, inciso IV da Constituição do Estado, o legislador estadual não poderá estabelecer atribuições para Secretarias ou outros entes da administração pública.

Forçoso portanto, sanear o projeto de lei suprimindo-lhe o artigo 3º, que além de despiendo, afronta a vedação constitucional referida.

Ante o exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável ao projeto de lei, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 423/2003

A presente emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 423/2003, tem por objetivo suprimir da redação originalmente proposta o seu artigo 3º, renumerando o artigo 4º como artigo 3º.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 423/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 423/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, proíbe o condicionamento da aceitação de cheques a tempo mínimo de abertura de conta corrente.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à tramitação da matéria.

A recusa de cheques de contas bancárias abertas recentemente, causa sérios transtornos à população de baixa renda, aquela parcela que necessita da proteção do Estado.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 423.

Sala das Comissões, em 26.11.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 423/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Vanderlei Iensen, visa proibir o condicionamento da aceitação de cheques e tempo mínimo de abertura de conta corrente.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 01.12.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
MILTINHO PUPIO - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 423/2003

P A R E C E R :

Analisamos o processo e discordamos da supressão do artigo 3º, proposto pela Comissão de Constituição e Justiça:

1º) a lei se tornará letra morta, pois embora exista penalidades, não existirá quem as aplique;

2º) o projeto não está criando atribuições, e sim, está dando mais um instrumento para que o Procon/PR cumpra suas atribuições;

3º) a própria CCJ no Projeto de Lei nº 98/2003, teve entendimento diferente acatando o artigo 4º daquele projeto, que diz: “a fiscalização e aplicação desta lei ficará a cargo do Procon/PR...”.

Somos favoráveis ao projeto de lei, pois entendemos que é do interesse do consumidor.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 03.03.2004.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
AILTON ARAÚJO - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 005/2004, de autoria da deputada Elza Correia, que solicita a cessão de terreno de propriedade do Iapar, localizado no município de Londrina, para a OSCIP MAE - Meio Ambiente Equilibrado, para fins de restauração, conservação desse patrimônio. **PARECER FAVORÁVEL DA CTIC. Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2004, de 10/03/2004).**

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
INDICAÇÃO Nº 005/2004

P A R E C E R :

Relatório

A presente indicação, de autoria da deputada Elza Correia, tem o objetivo de solicitar a cessão de terreno de propriedade do Iapar, localizado no município de Londrina, para a OSCIP MAE - Meio Ambiente Equilibrado, para fins de restauração, conservação e preservação desse patrimônio.

Fundamentação

Chamada a opinar, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização entende que a proposição visa atender a comunidade e o terreno será utilizado para o plantio de ervas medicinais e fabricação de complemento alimentar, que serão distribuídos a preço de custo à população de baixa renda.

Conclusão

Assim sendo, somos pelo parecer favorável à Indicação nº 05/2004.

Sala das Comissões, em 10.03.2004.

(aa) VANDERLEI IENSEN - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 304 e 305, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 306, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 310, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 311, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 312, 318 e 319, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 316, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Volto a informar aos senhores parlamentares que amanhã teremos uma Sessão Solene comemorativa na cidade de Castro, às 17h00.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 011, 098 e 423/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 169, 284, 405, 560, 561, 625, 672 e 127/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 001/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO ESPECIAL

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os membros indicados para comporem a Comissão Especial para apreciar o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo, para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça, conforme, o artigo 116, da Constituição Estadual, presidida pelo deputado Hermas Brandão, presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão e passou, em seguida a direção dos trabalhos ao deputado Antonio Anibelli. Ao assumir a presidência, o deputado Antonio Anibelli passou a palavra ao Dr. Milton Riquelme da Silva, que fez uma ampla explanação de sua vida pessoal e profissional. Em seguida o Dr. Milton Riquelme de Macedo foi inquirido pelos senhores deputados - membros da Comissão Especial, conforme notas taquigráficas em anexo. O senhor presidente agradeceu a presença das autoridades presentes e suspendeu os trabalhos da reunião para a deliberação. Reaberta a reunião, o senhor deputado Hermes Fonseca Filho, relator indicado pela Presidência, apresentou parecer favorável ao Projeto de decreto nº 01/04 da dita Comissão Executiva. Colocado em votação, o parecer foi aprovado de forma unânime. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

ANTONIO ANIBELLI

HERMES FONSECA

NEIVO BERARDIN

NELSON JUSTUS

VALDIR ROSSONI

Severo Olimpio Sotto Maior

Diretor Legislativo

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quatro no Plenarinho Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão de Fiscalização, presidida pelo senhor deputado Neivo Beraldin, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Waldir Leite, Artagão Júnior, Nelson Tureck, Fernando Ribas Carli e Plauto Miró Guimarães. Havendo número legal o senhor presidente abriu os trabalhos, sendo solicitado pelo deputado Artagão Júnior a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, realizada em 03 de março de 2004. Após discussão, o senhor presidente colocou em votação.

APROVADA POR UNANIMIDADE. O senhor presidente colocou em discussão a convocação de 31 pessoas, para, em Sessão Pública a ser realizada e instalada pela Comissão em Paranaguá nas dependências da ACIAP - Associação Comercial e Industrial de Paranaguá a partir das 10h30min do dia 11.03.2004, virem prestar esclarecimentos necessários quanto à falta de 1610 toneladas de soja no silo vertical do Porto de Paranaguá em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Informou ainda o senhor presidente que já está reservada a utilização do Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, para a realização da audiência pública, a ser promovida por esta Comissão, para discutir situação do porto de Paranaguá e a sua importância para o Paraná e para Brasil, com a participação de diversas autoridades e personalidade da iniciativa privada e entidades interessadas no dia 02.04.2004; o deputado Fernando Ribas Carli apresentou requerimentos de informações sobre veiculações na imprensa, referentes a gastos como de publicidade, governamentais de valores expressivos, para serem enviados à Secretaria de Estado responsável por este assunto e às respectivas empresas beneficiadas, com a solicitação de documentos e informações diversas. Em seguida, houve indagação do deputado Artagão Júnior de quais seriam esses veículos de comunicação. O deputado Fernando Ribas Carli indicou que tratavam-se da TV Icarai de Maringá, da Rádio Rock-96 de Curitiba, da Rádio Globo de Curitiba, do jornal Hora H, do jornal Folha de Londrina/Folha do Paraná. Após discussão, o senhor presidente colocou em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Em seguida o deputado Nelson Tureck colocou em discussão a importância de investigar-se a atuação do IMEPE junto à Universidade de Campo Mourão, para que seja apurada a regularidade e conformidade legal da relação entre as duas entidades. O senhor presidente chamou um assessor da Comissão para informar aos deputados-membros das respostas recebidas da SEDU/PARANACIDADE e do Tribunal de Contas em relação a obras públicas paralisadas; após a explanação, foi apresentado para discussão Requerimento de parecer conclusivo do Tribunal de Contas do Paraná sobre diversas informações recebidas da SEDU/PARANACIDADE, referentes ao convênio 535/2002 de 26.03.2002, firmado entre aquela secretaria e o município de Campo Mourão, e ainda, da necessidade de solicitação por ofício de documentos/informações do Tribunal de Contas sobre restos a pagar registrados em 2003. Após discussão, o senhor presidente colocou em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Por fim, ainda ressaltou o presidente da importância da Sessão Pública a ser realizada em Paranaguá, bem como, confirmou para a próxima quarta-feira nova data para a reunião da Comissão. E nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrada a presente Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os senhores deputados e por mim, Adilson Luiz Hintz, secretário desta Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente

Adilson Luiz Hintz - Secretário

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatro no Auditório da Associação Comercial e Industrial de Paranaguá - ACIAP, à Rua Rodrigues Alves, nº 621, Paranaguá-Paraná, reuniu-se a Comissão de Fiscalização, presidida pelo senhor deputado Neivo Beraldin, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Waldir Leite, Nelson Tureck. Havendo número legal o senhor presidente abriu os trabalhos. Em cumprimento à convocação realizada pela Comissão de Fiscalização o senhor presidente verificou o comparecimento dos seguintes convocados: Orsival Francisco, diretor de Desenvolvimento Empresarial da APPA; Mario Lobo Filho, diretor administrativo da APPA; Valdir Neves; Antônio do Carmo Tramujas Neto; Gilmar Francener; Onilandes Marés da Costa; Joacir da Silva; José Aloísio Martinelli; Osmar Pedro da Cunha, representado pelo Sr. Cesar Bezerra Teixeira; Adriano Gustavo Vidal; Roberto Barros; José Roberto de Almeida Correa; Juarez Moraes, Zulfiro Antonio Bósio; Luiz Antônio de Camargo Fayet; Luciano Rocha; Sussumo Yukawa; Davi Pereira de Jesus; Ismael Aloveres Pires; David Swan; Edson César Aguiar; Victor Manuel Simões Pinto; Wilson Moraes; Ademir Scomasson; Jamil Amâncio; Pedro Henrique Martins; Vanderlei Mendes; José Maria Gonçalves; Vanderlei Costa Neves; José Luiz S. da Silva; e Valter Fanini. Feita a verificação passou-se a oitiva dos convocados na seguinte ordem: Valdir Neves; Antonio do Carmo Tramujas Neto; Onilandes Marés da Costa; Gilmar Francener; Mario Lobo Filho; neste momento, dirigindo-se à Comissão o deputado Leite ressaltou a presença do Sr. Rodolfo Amatuzei Franco Ruti, vereador de Paranaguá, que solicitou ser ouvido perante a Comissão para entregar documentos referentes à denúncia de perseguição pela Administração do Porto à empresa TCP e documentos sobre fuga de materiais no Berço 13 do porto de Paranaguá. Em discussão, foi aprovada a sua oitiva e o recebimento dos documentos, o que ocorreu na sequência; continuando ainda com as oitivas, passaram a prestar esclarecimentos os convocados na seguinte ordem: Cesar Bezerra Teixeira como representante do Sr. Osmar Pedro da Cunha - Capitão dos portos de Paranaguá e Antonina: Joacir da Silva; José Aloísio Martinelli; José Roberto de Almeida Correia; Roberto Barros; David Swan, sendo que neste momento juntou-se ao mesmo no depoimento o diretor da empresa de Dragagens, Sr. Ricardo Sudai, sendo ouvido os dois ao mesmo tempo; ainda em continuação das oitivas prestaram conjuntamente depoimento os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores do Porto: Victor Manuel Simões Pinto; Edson César Aguiar; Wilson Moraes; Ademir Scomasson; Jamil Amâncio; Pedro Henrique Martins, Vanderlei Mendes; José Maria

Gonçalves, Vanderlei Costa Neves, José Luiz S. da Silva; Valter Fanini; Luiz Henrique Coelho. Após a oitiva em conjunto dos representantes dos Sindicatos, continuou-se a oitiva na seguinte ordem: Luciano Rocha - Gerente Operacional da Petrobrás; Sussumo Yukawa - Gerente de Manutenção da Petrobrás; Orsival Francisco - Diretor de Desenvolvimento Empresarial da APPA; e Adriano Gustavo Vidal - Presidente da ACIAP; sendo que, após os mesmos terem individualmente prestado o compromisso legal de dizer a verdade, antes de cada oitiva, sobre tudo que lhes fosse perguntado, cujos comentários, esclarecimentos, perguntas dos deputados e suas respos-

tas, constam de notas taquigráficas em anexo, fazendo estas partes e integrando a presente Ata, começaram as oitivas na ordem já elencada acima; também durante cada oitiva ficou determinado que os convocados poderiam ser reconvocados para prestarem novos esclarecimentos. E nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrada a presente Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os senhores deputados e por mim, Adilson Luiz Hintz, secretário desta Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Adilson Luiz Hintz - Secretário